Informativo

Abril de 2017

Sintef-GO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM INSTITUIÇÕES TECNOLÓGICAS FEDERAIS - GOIÁS

AÇÕES DO DEPARTAMENTO JURÍDICO

NOVOS PROCESSOS: **RSC – Atrasados:** peça inicial já pronta, em fase de adaptação ao caso de cada filiado para o protocolo da ação (é um número considerável). **RSC – Aposentados**: peça inicial já pronta. Serão ações individuais objetivando celeridade (no mesmo processo pede-se o reconhecimento do direito e pedido de análise da documentação para verificar se o aposentado tem pontuação para a efetivação do RSC). As demais ações sobre temas diversos estão sendo processadas normalmente.

ABONO DE PERMANÊNCIA: A Administração Pública está vinculada à lei. Não havendo lei que ampara a conversão do tempo de serviço prestado em condições especiais (insalubres) em tempo comum, buscava-se no judiciário este amparo. Mas o STF já firmou entendimento que **a contagem do tempo de serviço em condições especiais só deve ser feita para a concessão de aposentadoria especial**, vedando a conversão para outros fins. Assim, ficou inviável ações judiciais ou administrativas para conversão de tempo em condições insalubres para qualquer outro fim.

OS PROCESSOS DA DRª AMANDA: a maioria dos processos foram transferidos para os novos advogados, mas pode haver ação sob a responsabilidade da Drª Amanda, sem a regular transferência (um caso já foi identificado). Já os casos mais antigos, sob a responsabilidade de outros advogados, é preciso que o filiado entre em contato com estes para atualizar-se sobre o andamento dos processos. O Departamento Jurídico pode identificar estas ações e localizar os advogados para contato dos filiados.

A QUESTÃO DO AUDITOR E SUA ATUAÇÃO: em dois ofícios, questionou-se a reitoria sobre quais seriam as competências do auditor, mas não houve respostas. Contudo, as informações requeridas encontram-se tanto no site do IFG, quanto no Estatuto do IFG. Assim, ao dar efetividade ao princípio da publicidade, o reitor não incorreu em falha ao não responder, pois as informações estão à disposição de toda a comunidade acadêmica. Ressalta-se que os poderes do auditor são amplos, o que torna necessário que se olhe com bastante atenção como ele tem atuado. Se não há excessos que caracterizam alguma infração, nada poderá ser questionado.

A ATUAÇÃO DO SINDICATO EM QUESTÕES TRABALHISTAS: existe questionamento de sindicatos de servidores públicos quanto à regulamentação da Convenção nº 151 da OIT (relativa à proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho na função pública), um tratado do qual o Brasil é signatário. Mas, por não haver regulamentação deste tratado para legitimação da ação dos sindicatos de servidores, estes ainda não podem atuar em negociações coletivas, como os trabalhadores da iniciativa privada. Portanto, sem amparo de lei, o sindicato não pode "exigir" participação em decisões da administração pública. Para sanar a situação, existem no Congresso vários projetos. O PL 3.831/15, do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), já foi aprovado no Senado e é o mais adiantado. Atualmente, está sob relatoria do deputado Betinho Gomes (PSDB-CE), na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

ASSESSORIA JURÍDICA: Sintef-GO dispõe de assessoria jurídica para acompanhar processos e protocolar novas ações. **Atendimento de segunda a sexta, das 8h30 às 11h.** Procure seus direitos!

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL

Paralisação dia 28 de abril

Na luta contra as reformas da Previdência e Trabalhista, os servidores da base do Sintef-GO vão paralisar as atividades no dia 28, somando força à Greve Geral dos trabalhadores. O ato é convocado por centrais sindicais, sindicatos e fóruns de entidades, dentro do calendário de luta contra os ataques do governo Temer aos direitos sociais e trabalhistas. Os servidores do IFG e IF Goiano deverão integrar mobilizações, unindo-se aos trabalhadores de diversos setores.

Encaminhamentos sobre o Controle de ponto docente

- Dialogar e esclarecer a comunidade interna sobre as implicações do controle das atividades docentes, e como o controle se relaciona com a situação dos Institutos Federais e a conjuntura política e econômica nacional;

- Definir, para início de maio, reunião com as chefias dos departamentos acadêmicos, a direção-geral do câmpus e o sindicato para tratar questões relativas ao controle das atividades docentes;

- Desencadear debate sobre o controle das atividades docentes (até o final de maio).

Leia todos os encaminhamentos no site: **www.sintef.org.br**

SINTEF-GO FORTALECE A LUTA DO FÓRUM GOIANO CONTRA AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E TRABALHISTA

Na manhã dos dias 5 e 11 de abril, os servidores da base do Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Tecnológicas Federais – Goiás (Sintef-GO) ficaram responsáveis pela "Tenda Nenhum Direito a Menos", instalada na Praça do Bandeirante, no centro de Goiânia, pelo Fórum Goiano Contra as Reformas da Previdência e Trabalhista.

Ao microfone, os membros da equipe se revezaram para denunciar todos os ataques à classe trabalhadora, especialmente o massacre imposto à população que possui menor renda e escolaridade mais baixa. Centenas trabalhadores, aposentados, pessoas desempregadas e estudantes receberam esclarecimentos sobre os projetos do governo Temer, com destaque para:

Reforma da Previdência Social – que aumenta a idade mínima de aposentadoria para 65 anos, sendo que para se aposentar é preciso contribuir pelo menos 25 anos, e para receber aposentadoria integral, a contribuição deve ser de 49 anos ininterruptos, mesmo que tenha atingido os 65 de idade;

Reforma Trabalhista – que viabiliza o aumento da jornada de trabalho de 8 para até 12 horas diárias e diminui o intervalo de descanso, que pode ser negociado entre patrão e empregado para o mínimo de 30 minutos, entre outros 100 pontos que enfraquecem a CLT;

Terceirização para todas as atividades das empresas – que foi sancionada pelo presidente no dia 31 de março, precarizando as relações de trabalho, uma vez que o trabalhador é contratado por uma empresa, mas está submetido às regras de outra contratante, onde ele presta serviço. Além disso, a lei favorece os patrões, que podem prorrogar os contratos temporários e de experiência, que passam de 3 para até 6 meses.

Para sensibilizar a população, a equipe também distribuiu informativos e coletou assinaturas num abaixo-assinado, que visa revelar a posição da população sobre as reformas que tramitam no Congresso Nacional. A estimativa é que a tenda permaneça durante todo mês de abril, até o dia 28, quando está sendo convocada a Greve Geral de todos os trabalhadores brasileiros.

IN MEMORIAM

O servidor técnico-administrativo **Valdeci Cardoso dos Santos**, falecido em 12 de março de 2017, teve uma trajetória marcada pelo zelo e honestidade na Instituição, onde ingressou quando ela ainda era ETFG, em 1981. Trabalhou no desenvolvimento de funções técnicas no setor de manutenção do IFG, atuando também na coordenação do setor. Teve ativa e destacada participação política na Associação dos Servidores do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (ASIFEGO). Tinha assumido recentemente a iniciativa de estruturar a sede campestre do Sindicato, em Aruanã, e era suplente da atual Diretoria.

NOVOS CONVÊNIOS

O Sintef-GO conta com mais de 90 empresas conveniadas, entre planos de saúde e odontológicos, academias, clínicas de terapia, restaurantes, farmácias, lavanderias, oficinas automotivas, hotéis, escolas de idiomas e muito mais! Confira todos os convênios, acessando o site na aba "convênios": www.sintef.org.br**/convenios**

A CONSTRUÇÃO DA GREVE GERAL DO DIA 28 EM GOIÁS

A organização da Greve Geral em Goiás está apoiada em três eixos:

1) Com base nas Comissões de Planejamento, de Agitação e de Propaganda, orienta-se que os sindicatos aprovem a Greve Geral em suas assembleias, contribuam financeiramente com o Fórum Goiano das Entidades, concorram para a realização de atos nas cidades do interior, divulguem o jornal de discussão das reformas junto a sua base, ajudem a fixar os cartazes de mobilização para a Greve Geral, participem das mobilizações nas feiras públicas com carro de som, entre outras iniciativas.

2) Reafirma-se a manutenção da "Tenda Nenhum Direito a Menos", espaço de luta e mobilização contra as reformas da Previdência e Trabalhista, instalada na Praça do Bandeirante. Cada sindicato deve assumir a tenda em um determinado período da semana.

3) Ratifica-se a necessidade de manter pressão sobre os parlamentares goianos, estejam eles em Brasília, em Goiânia ou no interior. Essa pressão pode assumir a forma de manifestação em frente aos escritórios políticos, sedes de partidos, praça central de sua cidade ou lugar o mais próximo ao parlamentar.